

8 de janeiro de 2023, um golpe de ar azedo

edson passetti & diego lucato

A história é uma ficção para a qual a realidade fornece os elementos.

Hans Magnus Enzensberger

Depois, todos da mídia democrática disseram ter avisado que algo anunciado aconteceria no 8 de janeiro ou nos dias seguintes. Informações da *inteligência* do Estado, da sua segurança federal, estadual e distrital indicavam a iminente invasão dos palácios dos três poderes em Brasília. As autoridades responsáveis por manter a ordem optaram pelo diálogo e/ou omissão, pretendendo administrar a ameaça de mobilização que rondou e governou, recentemente, os acampamentos de bolsonaristas diante dos QGs do Exército pelo Brasil.

Os acampados, financiados por empresários e abençoados por políticos, militares, policiais, juristas, pastores etc. e tal, escutavam suas músicas sertanejas, comiam churrascos e/ou marmitas quentinhas, tomavam uma bebidinha aqui ou ali, compartilhavam notícias, jogavam entre cartas de baralho uma prosa e meia sobre o patriotismo, o *mito*, a intervenção militar, seu *messias* e um tanto de futebol, mulheres e política. Entendiam que cedo ou tarde viria a palavra-chave para ativar a jogada final para depor o presidente eleito, os juízes do STF e os deputados e senadores *comunistas* ou simplesmente frouxos ou corruptos.

8 de janeiro de 2023 aconteceu sem muitas novidades, porém surpreendendo. Afinal, os fascistas, antes de tudo, prezam em destruir o que há. Segundo eles, tudo começará da estaca zero com sua direção central e autocrata. Os revolucionários russos, em 1917, tomaram o Palácio de Inverno em S. Petersburgo fazendo menos estragos, pois sabiam que sua missão era ocupar o Estado. Antes, em 1871, os *communards* tomaram Paris e derrubaram a coluna da place Vendôme, símbolo do domínio burguês e aristocrático, que teve no seu alto de Luís XIV a Napoleão Bonaparte, entremeado pela alusão à Revolução Francesa... Mas nesses acontecimentos e em muitos outros havia povo em luta contra a ordem. O que se via em Brasília era a determinação da ordem na ordem.

Em 8 de janeiro de 2023 só havia autoritários acobertados por certas forças repressivas, empresariais, políticas e jurídicas. Não havia nem houve confronto entre facções políticas, forças diversas, só houve o desfile destrutivo de legião fascista, sob o olhar cúmplice de policiais. Não foi algo similar aos anos 1930 quando os anarquistas enfrentavam os fascistas nas ruas, enquanto os comunistas articulavam umas e outras palacianas. Era um tempo em que o governo do movimento de 1930, mais tarde chamado pela historiografia de “revolucionário”, estancara a Constituição de 1934, as anunciadas novas eleições e fazia crer que tudo caminhava para um golpe de Estado capitaneado por Getúlio Vargas, seu messias militar. Os fascistas, por meio dos integralistas, ostentavam armas e seus uniformes de milicianos, tentando aterrorizar a população que se envergonhava de ser povo. Foram derrotados pelos anarquistas da Federação Operária de São Paulo, que articulou, desde 1933 no Centro de Cultura Social de São Paulo, as demais forças antifascistas, na batalha da Praça da Sé (RODRIGUES, 2017). Combateram os fascistas protegidos pelos ombros getulistas até logo após o golpe de 1937, quando os integralistas foram descartados.

1. anunciando o que viria

desde a sua eleição Bolsonaro acena para a possibilidade de golpe.

Tomou posse, vestiu a faixa que lhe foi colocada pelo presidente, que era vice de Dilma Rousseff, depois do *impeachment*. E já esbravejou que a próxima eleição para presidente seria por voto impresso para evitar fraudes. Acusou o TSE durante os seus anos de mandato, contestou as urnas eletrônicas, mobilizou para que seus *seguidores* armassem um golpe de Estado, caso não fosse reeleito.

No cômputo geral, venceu o primeiro turno das eleições de 2022 elegendo muitos governadores, deputados e senadores prontos para governar. No primeiro turno, esteve atrás de Lula com 43,20% contra 48,43%. Para o segundo turno ficaram ele e alguns governadores que imaginavam sentar em seus respectivos tronos alguns dias mais tarde. No ínterim, com a presença de observadores internacionais, constatou-se que as urnas eletrônicas eram *fidedignas* e que não houvera fraudes. Mas isso é assunto para certa imprensa que se declara *isenta* e ativistas de redes digitais (*social networking service* – SNS) de oposição. Para o *mito* e seus seguidores, incluindo empresários, pastores, autoridades das armas e da repressão policial e militar, além de milícias, era o momento

exato de parar tudo e ocupar os três poderes em Brasília. Perdera o trono por cerca de 2 milhões de votos (em 2014, Dilma Rousseff, PT, levou com 3,5 milhões de votos sobre Aécio Neves, PSDB).

Porém Bolsonaro pretendia ir mais longe. Em 2014, houve o jogo de forças nas instituições para derrubar Dilma Rousseff e que a abateu dois anos depois, formando o mesmo movimento que consagrou a candidatura para 2018 de Jair Bolsonaro, esboçada desde o equívoco político do governo anterior de enfrentar, para arruinar, os jovens, principalmente os *black blocs* do movimento junho de 2013. Finalmente, os devotos da ditadura civil-militar de 1964 encontravam os seus devidos condutores e os argumentos justificadores e verdadeiros, ainda que fundamentados em *fake news*. Afinal, a verdade existe desde que seus argumentos mobilizem. O capitalismo diz que a riqueza é possível pela cooperação entre capitalistas e trabalhadores e assinala não haver exploração que não possa ser negociada, reduzida ou redimida. Hoje, sob a racionalidade neoliberal, os capitalistas e os trabalhadores, agora como capital humano e empreendedor, combinam para democraticamente, da empresa à política, negociar os melhores resultados, com sustentabilidade, enfatizando resiliências e a capacidade de governança.

O governo Bolsonaro foi peça do antigo jogo (*game*) capitalista. Do neoliberalismo lhe restou a brutalidade para facilitar a desobstrução dos empregadores de custos sociais com os trabalhadores. Difundiu que para os trabalhadores o melhor era vencer por si próprio e não necessariamente com carteira assinada, obtendo seu seguro saúde como responsabilidade individual etc. e tal... E para quem sobrou, alguns métodos de fazer o trabalhador agradecer ao *messias* pelos dinheiros oferecidos, visando votos adiante. Os agradecidos pelo sim e os desejosos do talvez engrossaram as fileiras do bolsonarismo que sempre foi antipartidário e negociante de balcão de esquina, com ou sem pastores. Aos demais restaram lamentos a respeito da *precarização* das relações de trabalho (mas capitalismo não é sempre precarização de condições de trabalho?).

Muitas vezes, os seguidores foram convocados a ir para as ruas (democráticas e de todos) com proteção da polícia e demais forças armadas e de segurança que também lhes eram *fiéis* e o consenso de democratas sobre a rua ser para *todos*. Curiosamente, a mesma polícia que combatia brutalmente as demais forças como inimigas a cada aparecimento seu nas ruas, agora protegia os seus contingentes de devotos dos pastores religiosos, dos pastores *influencers*, do pastor presidente, dos pastores empresários, dos pastores políticos, dos pastores arrebanhadores de massa, dos pastores que pagavam para aparecer, de qualquer pastor estadunidense. E eles foram às ruas, muitas vezes, para exigir

intervenção militar, para expor sua obediência servil, para menoscar as leis e instituições democráticas. Enfim, eram os verdadeiros futuros condutores da pátria verde e amarela.

Bolsonaro foi a materialização dos saudos da ditadura civil-militar

Bolsonaro, o homem que sentou no trono do palácio por quatro anos, é devoto de Donald Trump e seus pastores, circundado pelos filhos, sua esposa, seus arremedos de assessores, ministros e diplomatas a serviço das ideias estapafúrdias de seu guru astrólogo que vivia nos EUA e morreu sem mais nem menos (ou em decorrência da Covid-19?). Bolsonaro, o devoto de torturadores policiais e militares, dizia de boca cheia serem estes os verdadeiros heróis do Brasil, porque impediram o comunismo...

Bolsonaro materializou as forças à direita que não aceitavam nada mais que a direita (direita de centro, de direita, a ultradireita) e só assim compreende-se como venceu as eleições de 2018. O Brasil era e é de direita. Nunca foi sequer de esquerda. Talvez um tanto majoritário quando Lula 1 aconteceu. Mas, logo descobriram que só cada vez mais à direita ele seria aceito, reeleito, cultuado. E assim foi e é. Aprendeu a ser o que a racionalidade neoliberal exige: moderado e democrático, saber compor o majoritário com minorias, saber ser modulador e modulado. Bolsonaro também tentou trazer para o campo autocrata as minorias, ou as caricaturas de minorias que somente existiram e existiriam para ele, favorecendo os superiores. Talvez por isso, no governo Bolsonaro ficou evidente que tolerância é sempre estar incluído sob a supervisão ou comando do superior.

Usando o que podia e devia dos preceitos democráticos, ou, como ele falava, com o auxílio da linguagem futebolística, sempre agiu dentro das *quatro linhas...* constitucionais. Metáfora esdrúxula e de compreensão jornalística de sua turba. Fazendo uso de palavras-chave importantes da democracia representativa e participativa, como liberdade de expressão, respeitar as leis, responsabilidade de governar com o povo etc. e tal, Bolsonaro se intitulou o condutor, o *messias*, o *mito* para a nova era.

O capitão, ou alguém de cargo mediano, assim como o(a) síndico(a) dos condomínios, chefetes de corriolas, comandantes de legiões fascistas de outrora e que tais, encarnou o que a *classe média* ressentida sempre desejou: ser quem a levaria para os píncaros da glória e do poder de Estado, servindo aos bons empresários, aos políticos avessos aos partidos políticos, às senhorinhas que posavam de empoderadas ou defensoras de direitos humanos, às caricaturas de lideranças minoritárias de moral

retrógrada e reacionária... A ponto de a ministra dos direitos humanos dividir os humanos em cores: rosa para mulheres e azul para os homens.

O bolsonarismo cresceu, sem este título, desde a ditadura civil-militar no meio da *classe média* e de pobres que sonham em ser classe média baixa, dos que amam obedecer, ser mandados, acompanhar os superiores e servir de escudo de carne. Eles, enrolados em bandeiras nacionais, os verdadeiros patriotas, nacionalistas convictos, conservadores, moralistas e reacionários, saíram, uniformizados e domesticados, das esquinas, túneis e corredores de cortiços, metrô, estações de trem e ônibus e edifícios depois do massacre às forças jovens e contundentes de junho de 2013.

o emudecimento de Bolsonaro

O tagarela é justamente o oposto do sábio grego. Depois de um baque forte ele(a) tende a emudecer. Falou-se muito do silêncio do candidato a líder fascista e da direita derrotado na eleição de 2022. Ele permaneceu quieto no palácio por mais de um mês, comunicando monocórdio e de vez em quando, que não passaria a faixa para o novo presidente. Com seu emudecimento ele foi legitimando a liberdade de seus seguidores acampados diante dos QGs do Exército pelo território brasileiro, os preparativos para interceptar trânsito rodoviário pelas estradas com a adesão cega de muitos caminhoneiros, e a elaboração da movimentação do contingente estacionado em data a ser definida.

A racionalidade neoliberal incentiva o ativismo como expressão da vida livre e democrática, o que serve de uso também, simultaneamente, para conservadores e fascistas. Estes não desprezam as brechas e os caminhos traçados pela democracia representativa e participativa enquanto não aparece a oportunidade viável para suprimir a representação. Os tempos não são mais os do fascismo da primeira metade no século passado, antes da II Guerra Mundial. Lá era preciso conter a estatização socialista. O fascismo era bem-visto como mal menor pelos liberais e capitalistas europeus e estadunidenses (e brasileiros). Pouco importava perder representações democráticas temporariamente. Os liberais sempre foram pragmáticos. Hoje, com a racionalidade neoliberal, o ativismo é saudado, com menos intervenção do Estado na economia e vagos valores nacionalistas e patrióticos. A moral de Estado deve coordenar as ações dos governamentalizados.

O silêncio, ao contrário do emudecimento, é um instante fundamental de resistências diante da proliferação de palavras e imagens que veio desde a fotografia no

século XIX, e que ganhou enorme impulso com cinema e televisão. No início do século XXI, vieram as redes digitais (SNC) e computadores e *smartphones* trazendo trabalho, lazer e política para dentro deles, dando a dimensão real da solidão e do isolamento. Fala-se muito, produz-se a verdade *fake*, a comunicação é contínua, o monitoramento de variados feixes, o congestionamento entre a razão que funda a verdade e define a inverdade e a produção de verdades por *fakes* a toda velocidade. Paradoxo da contemporaneidade. Porém Bolsonaro usou um eventual silêncio para externar a estratégia do emudecimento que o acompanhou na fuga para os EUA antes da sessão faixas presidencial, e de se instalar no condomínio *trumpista* na Flórida-USA. Uma posterior declaração de familiares anunciando dores abdominais o levaram ao hospital mais uma vez. O rendimento da facada durante a campanha presidencial de 2018 entrava em crise.

Enquanto o ativismo autoritário fundado em sua ideia fixa de liberdade chegaria ao 8 de janeiro, 14 horas, Brasília, o emudecimento como silêncio do *mito* parou na garagem...

autocracia e democracia. mais que Donald Trump...

Bolsonaro, o *imbrochável*, é o seguidor de seu pastor Donald Trump e do seu assessor para inviabilizações políticas Steve Bannon (com condenações pelo direito penal estadunidense por ser guia dos ataques ao Capitólio). Eles medem o tamanho de seus paus enquanto esperam que ocorra algo que os beneficie. Mais que isso, o importante é não parar, estar sempre disposto a ameaçar os demais como inimigos a serem exterminados.

Nem tudo começou com a reação ao resultado eleitoral que lhe deu na cara com a derrota na reeleição. O resultado somou e ganhou maior notoriedade do que os governos autocratas sob democracias ou não na Europa pelos lados da Hungria (Viktor Orbán), Turquia (Recep Tayyip Erdogan), norte da África com sheiks e donos do petróleo, com apoio dos capitalistas detonadores do meio ambiente e sem quaisquer tentativas de diálogos diplomáticos... Somou e ganhou notoriedade porque ocorreu no solo ocidental do universal imperialista democrático-liberal, os Estados Unidos da América. A onda conservadora não era mais a dos anos 1980 com Thatcher e Reagan. Ela se metamorfoseou em fascismo, com sua plutocracia antipartidária e os fiéis seguidores (BRODER, 2022). Os capitalistas ganham sempre, porém temem contestações. Então, para se opor ao capitalismo autocrata, posicionam-se e destacam-se os democratas sustentáveis defensores da resiliência no combate às adversas condições de

vulnerabilidade. Apoiam Biden, Lula e todos que possam interditar os que pretendem se transformar na encarnação da sua constituição. Estamos em tempos de certas mudanças e da linguagem do antigo armazém do varejo de pesos e contrapesos e de sua caderneta de compras repaginada para a tela do celular.

Quase tudo isso atingiu o interior das forças armadas, polícias, dispositivos de monitoramentos de segurança, controles a céu aberto, redes digitais sociais e a comunicação contínua. A luta pela ordem está emparedada dentro das suas instituições e de seus dispositivos de controle e governo. Então, passa a ser necessário que os cidadãos sejam convocados a defender a democracia liberal na política e na empresa, formando uma imensa frente para conter a tensão na luta interna. A autodevoração está anunciada. Então parece ser a hora da invasão aos prédios que sediam os três poderes em Brasília e fundar o início da *nova era*, ou simplesmente a depredação.

pé dentro (com partidos), pé fora (com movimentos golpistas)

Bolsonaro, ao longo da sua carreira política, jamais teve um vínculo estreito com um determinado partido. Foi filiado a várias legendas. Isso nunca foi a prioridade, pois concebia os partidos enquanto instrumentos formalmente necessários para a manutenção de seu assento na Câmara dos Deputados. Assim como o fazem tantos outros deputados que convivem em simbiose com o partido da ocasião e seu fundo eleitoral. Foram mais de 20 anos de “serviços prestados”. O compromisso do “capitão” sempre esteve conectado às forças de segurança, atuando como um deputado de baixo escalão cuja finalidade era atender aos interesses desses grupos, por mais que nunca tenha obtido muito êxito, não sendo sequer capaz de aprovar uma única medida de sua autoria.

Quando eleito presidente da república, buscou articular uma iniciativa voltada à construção de um partido próprio, o Aliança Brasil, que seria representado pelo número 38 em referência ao calibre da arma, não atingindo as 492 mil assinaturas necessárias. Isso tampouco foi um problema. Aproximou-se rapidamente de parlamentares acomodados em seus postos, estabelecendo negociações, concessões e governando, assim como os presidentes anteriores, em conjunto com um amplo leque de partidos no Congresso Nacional. Isso deixa explícita a aderência de Bolsonaro a um modo de exercer o governo que é constitutivo do regime democrático brasileiro, mostrando que as premissas autocráticas da ultradireita podem perfeitamente conviver com o Estado

democrático e, inclusive, adotar seus métodos de governo. A democracia é um terreno fértil para o fortalecimento de autocratas e fascistas.

Para além das negociações no interior dos gabinetes parlamentares e ministeriais, promoveu conturbações contínuas, mantendo seu rebanho constantemente mobilizado e pronto para agir conforme as circunstâncias. Negociações partidárias e acomodações nas instituições conviveram com as conturbações fascistas sob a justificativa do discurso democrático, enfatizando que a liberdade de expressão e de manifestação frente ao “autoritarismo” de décadas de governos “contrários aos valores de direita” são direitos sagrados do povo brasileiro.

Foi capaz de arregimentar o rebanho conservador que prepondera no Brasil, incluindo populares, classe média, alguns meios de comunicação, empresários, grandes proprietários de terra e forças de segurança. A aglutinação desses setores em torno de grupos dispersos, porém organizados, levou a uma capacidade significativa de mobilização, convocando seus seguidores às ruas em todos os momentos necessários, sobretudo quando se sentiu acuado pelo Judiciário.

Governaram e seguem atuando em meio às disputas democráticas, no âmbito das instituições de Estado, nas manifestações de rua, plataformas digitais, veículos de comunicação alinhados etc. Promovem contínuas conturbações com a finalidade de explicitar os costumes conservadores que permeiam a sociabilidade no país e de alcançar, em algum momento, o governo do Estado. Isso, ao contrário das considerações de muitos articulistas, é governo de condutas, é política.

as ocupações de direita, os protestos de direita, a instalação da direita em frente os exércitos

Não começou ontem, nem com a candidatura Bolsonaro. Esteve sempre presente com Bolsonaro e sua família, os que se juntaram, ocupando cadeiras de deputados, senadores etc. e tal. Desde o fim institucional da ditadura civil-militar, compunham a ala dos visíveis descontentes, depois os explícitos autoritários, autocratas e fascistas, por dentro das instituições do Estado como mais uma força democrática, conectada aos empreendedores econômicos, ao lado de políticos, em partidos políticos, com pastores, artistas e todo o mais que atraíram para subir à tona e vindos de baixo de tapetes e capachos, armários e esquinas, os do sempre lembrados pela metáfora *iceberg*, dos condomínios, favelas (ou comunidades) envoltos no uniforme verde-amarelo dos patriotas, armados e parceiros de

milícias. Os salvadores do perigo vermelho (comunistas=PT). Vinham com sua verbosidade equivocada e categórica, com imprecisões conceituais e usos e abusos das palavras-chave da ocasião. Neste último quesito, são presença constitutiva do *cidadão-polícia* (PASSETTI et. al, 2019), monitorando eletrônica ou presencialmente a todos e a qualquer um, julgando e, no limite, usando armas e executando minorias. Para eles, há somente o investimento em homogeneidades.

Há muito tempo qualquer ocupação de via pública para manifestações determinadas ou sem hora para acabar está regida pela autorização policial, é acompanhada de proteção das forças repressivas e benefício da segurança pública¹. Todavia, mais recentemente, os agrupados da ordem estiveram protegidos em seus acampamentos diante de instalações do Exército, obtendo suporte de barracas, banheiros e alimentação. Contaram com apoio e adesão de empresários, o que nunca foi escondido ou camuflado.

São os elementos novidadeiros nas encenações das manifestações de direita, geralmente toleradas pelas autoridades políticas, pelos cidadãos democratas que acabavam engolindo ser uma manifestação de liberdade, palavra e prática largamente utilizadas desde os fascistas históricos em prol de seus cômodos interesses e de sua ideia fixa. Palavra e prática acopladas ao pluralismo democrático, ao ativismo e ao supostamente respeitável às leis (que lhes interessavam). Para além da verbosidade contra o STF, Bolsonaro estacionou dois ministros no tribunal supremo, com a função de zelar pelas ideias fixas fascistas até mesmo no Ministério da Justiça. E isso não era novidade para ninguém. E o fizeram e fazem muito bem, respaldados no discurso jurídico. Cumpriram seu dever como fiéis pastores do Estado e em especial do homem que se autointitulou *mito*, com apoio de seus seguidores e da máquina digital *messias*, produto da ocasião.

Falam que a polícia e o Exército (e as demais forças armadas) existem para a segurança interna e externa. Compõem os dispositivos policiais e diplomático-militar dos Estados modernos. Ao seu modo, fazem parte do capitalismo e do socialismo, são constitutivos dos Estados e funcionam como constante para além dos governos. Possuem suas polícias secretas, seus vigilantes e monitoramentos institucionais próprios de

¹ Apesar de a Constituição Federal dizer, em seu inciso XVI, art. 5º: “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização”; ver Decreto nº 64.074, de 18 de janeiro de 2019 (em especial artigos de 1º. a 4º.). Disponível em:

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2019/decreto-64074-18.01.2019.html>

segurança que exercem para fora e para dentro de territórios, espaços aéreos e siderais. Trata-se de um complexo fluxo da chamada *inteligência* voltada para a segurança geral com o intuito de proteger, prevenir e punir mais e melhor. Por isso mesmo não prescindem do Judiciário e suas leis e as devidas variantes, das normas de governos e da sociedade, da delação em nome da supressão da conduta criminal pessoal e coletiva, gerando um amplo leque de novas condutas criminalizadas. E não abrem mão de ilegalismos e ilegalidades. É a regra, que serve, obviamente, como luva aos fascistas, aos autoritários, aos autocratas, ou seja, às forças que usam da lei explicitamente em benefício próprio, incluindo a legitimidade de extermínio e as práticas de ostracismo aos que lhes são incômodos.

Essas forças, com ou sem o beneplácito das demais, estavam acampadas diante dos Exércitos em cidades e capitais decisivas. Em certo sentido, controlavam as rodovias, obtinham sustentação econômica e contratavam pobres e miseráveis para compor suas fileiras. Desempregados não olham a cor e a mão de onde vem o dinheiro. Cumprem obedientes as funções de empregados (as). Obedecem, usam sua força física, intimidam, são os escudos de carne dos superiores, gostam de espancar, bater, matar. Como sempre, como seus superiores. Por isso não há como dissociar fascismo das formas policiais e militares capitalistas. Estão prontas para matar os outros e preparadas para ser protegidas por quem as contrata e emprega. Não há polícia nem forças armadas que em sua *essência* não sejam fascistas. Estão aí para a segurança e para matar.

polícia e forças armadas do Estado para os governos e sua função fascista

A função fascista das forças repressivas é muitas vezes vista como subalternas às forças jurídicas institucionalizadas. Menos em ditaduras, em momentos de golpes ou de sua preparação. Ao clamar por punição exemplar para os que infringiram a lei, o suposto bom cidadão está pedindo não só mais polícia, tribunal e segurança armada como mais prisões, direito penal, punições *ad infinitum*. Não há como conter o fascismo com leis e normas. O direito pela força e pela astúcia são indissociáveis. E a politização da criança ao adulto e idoso se funda, modernamente, na relação punição-recompensa.

A predominância das forças repressivas é invariante e própria das revoluções e golpes modernos. Esteve na Comuna de Paris com os Comitês de Segurança; na Revolução Russa com as polícias secretas e demais aparelhamentos da vida, incluindo os campos de trabalho; nos massacres das revoluções espanhola e mexicana; no cotidiano

da democracia estadunidense com mais ou menos intervenção na economia; nos genocídios... Mais fortemente, nos golpes de Estado na América do Sul que não foram poucos, sendo os mais destacados, desde os anos 1960, Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, em nome de afastamento por precaução do perigo comunista para o fortalecimento das instituições democráticas (FEITLOWITZ, 2015). E são sempre inesquecíveis os funcionamentos dos campos de concentração nazistas, tolerados por liberais (LIFTON & MARKUSES, 1990) e religiosos (KERTZER, 2017) ...

Isso é intrínseco ao Estado, de direito ou não. Estas forças se dispõem para quem manda não só politicamente, mas econômica, social e culturalmente, para quem define a posição de governante das condutas e quem elabora mais recentemente a noção de governança, a crença em soluções compartilhadas em que não há mais a distinção governantes e governados para quem é governado (o Estado ou a conduta de outros).

O que as eleições situam como governo e oposição, como a prática positiva da política, deve orquestrar com união e interesses para a melhoria das condições gerais, ou seja, para a manutenção ou o aumento de consenso. A racionalidade neoliberal governa as tendências à direita, à ultradireita, centro e à esquerda por todos os lados e proveniências, porque todas produzem lucros e consenso. E é por isso mesmo que democracia é fundamental, ou seja, as práticas democráticas por autocratas, autoritários e fascistas são inevitáveis até certo ponto, e todos e todas devem gastar seus esforços para que o consenso e a pacificação se institua. (Eles são os que não esquecem que a pacificação é a prática mais antiga dos capitalistas para dizimar povos, aqueles que rejeitam obediências e recusam a servidão).

Para uma prática não-fascista (FOUCAULT, 1993; RAGO & VEIGA-NETO, 2009) é importante não só a esquerda deixar de lado o stalinismo e sua suposta superioridade de condutora de consciências, mas contestar sua adesão rápida e cega à democracia, fazendo coro para os liberais e evitando radicalizar suas análises em atitudes políticas inventivas. Prisioneira de teorias antigas ou adaptáveis ao governo do Estado, acaba funcionando como fascista (e a eles se juntam em debates em nome da difusão da boa consciência) ao denunciarem e pedirem julgamento, prisão e banimento para as forças que radicalizaram seus propósitos. A vida não-fascista deve atingir também os anarquistas que se acomodam no parentesco com estatistas por meio de seus catecismos e doutrinas punitivas em nome da utopia igualitária. Ninguém é inocente! Mas sabemos como sair das práticas fascistas e similares, no atual ativismo, para inventarmos um militantismo outro?

chegam ônibus de todos os lugares

Parecia ilustração de poesia contundente que situou, no passado, a chegada dos invasores que ocupam nossas casas aos poucos sem serem notados, até que nos expulsam². Eles chegaram vindos de viagens noturnas, deixaram reduzidos os acampamentos das cidades ao mínimo ou às moscas, subiram nos ônibus para a viagem noturna que os levaria a tomar à força a Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Estão inflamados e entusiasmados. Finalmente, supõem, estarão *tomando o poder*. Um pouco de desodorante nas axilas ou sovacos, segundo sua procedência escolar, um golinho, uma retocada na maquiagem, uma barba por fazer mais rústica, umas gotas de suor, uma canção de *sufrência* assobiada, e o retângulo móvel que se monta com filas indianas orientadas pelos policiais e que se prepara para a procissão da manifestação *pacífica* rumo à algazarra pela *tomada do poder*. Todos se sentem espertos, todas se sentem espertas. Um tanto de ansiedade. Um pouco de hino. Um tanto de Jesus e Deus para proteger. A baba da ira. O amor incondicional à pátria. Parece que não sobrou quase nada para o *mito*, ao *messias*. Ou sobrou um resto? Início da tarde. Em instantes o bloco chegará à praça que não é do Condor nem do Povo. É para ser dos patriotas. Eles concebem estar protegidos porque são bons, os verdadeiros bons para o país, os beatos do Estado (porque são boas, as verdadeiras boas para o país, as beatas do Estado).

Nem políticos, nem presidentes, nem juízes. Somente eles. E Bolsonaro? O que sobrou todos viram nas mídias, nas empresas de mídias, nas redes sociais digitais, na casa do vizinho, no hall do edifício, na churrasqueira, na praça da comunidade, no bar, no restaurante, na fazenda, na roça, em qualquer e todo lugar. (Somente bolsonaristas empobrecidos, no dia seguinte, falavam que não sabiam o que tinha ocorrido. Estariam nos cultos religiosos, a serviço dos seus pastores e de Deus? Ou, simplesmente, dissimulavam. Mais uma vez?).

Equipamentos eletrônicos acionados, tvs ligadas, computadores, tudo funcionando para ver a verdade ou uma nova *fake news*. De repente a polícia desapareceu, as forças repressivas apareceram, os juristas se manifestaram, líderes mundiais

² Bertold Brecht. "Intertexto".

Primeiro levaram os negros/ Mas não me importei com isso/ Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários/ Mas não me importei com isso/ Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis/ Mas não me importei com isso/ Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados/ Mas como tenho meu emprego/ Também não me importei
Agora estão me levando/ Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém/ Ninguém se importa comigo.

despontaram contra essa coisa toda. Tudo acabou, acabando. Com convocações de manifestações a favor da democracia para o dia seguinte, punição e não anistia, prisões em flagrante...

Falam que só ficaram presos (e serão vacinados dois dias depois, quando seguirão para a prisão da Papuda) os que se autodenunciaram com *selfies* e similares, quem não tinha apadrinhamento, quem não escapou com cobertura policial... Enfim, um tal de mil e tantos a serem ouvidos e possivelmente processados. São perigo para a sociedade? Veremos. Se eles receberem tratamento de condenação similar ao dos empresários, estarão nas ruas já, já. As mulheres com crianças, idosos e doentes foram dispensados... Eis o efeito e a eficácia da moral conservadora. Quase todos querem punir. Inclusive os golpistas. Menos a si. É a glória ao ressentimento. É o golpe de ar azedo que atingiu quase todos golpistas e defensores da democracia representativa e participativa.

a manifestação se dizia pacífica

É preciso proferir que as pessoas são pacifistas, pacíficas ou mentoras e agentes da pacificação. E um povo pacífico é sempre louvado. Sem isso, é impossível crer no Estado. Não surpreende que ao dissipar a manifestação, ao investir nos flagrantes, na identificação de envolvidos e de alguns protegidos pela polícia, exército e seus financiadores, ficou determinado que crianças, mulheres com crianças, doentes e idosos fossem imediatamente dispensados. Eles têm uma certa aura de inocentes ou de falta de discernimento necessário, de tutelados aos homens e autoridades. E mais ou menos assim a sociedade os vê, precisando de tutela ou cura.

Entretanto, é sabido que a politização começa nas crianças, na vida familiar, escolar e nas vizinhanças de sua habitação. As crianças, geralmente, são vistas como miniaturas de adultos e no caso do fascismo isso é redondamente aperfeiçoado. O mesmo se diz das mulheres. Podem trabalhar, mas são esposas, disponíveis a obediências aos seus senhores com ou sem surras, a favor ou contra da lei e das autoridades que protegem seu companheiro ou marido. Dos velhos, sabe-se que já foram componentes das dedicadas energias econômicas para as disciplinas, o são agora aos controles e permanecem portentosas energias de conservação, mesmo depois de afastados do trabalho. Esse é um dos paradoxos das disciplinas. Não é só decisiva a extração útil das energias econômicas do corpo, mas também o é a educação para a continuidade domesticada da vida depois de encerradas as temporadas de mão de obra ocupada (afinal, já dizia o antropólogo Claude

Lévi-Strauss, o homem é o único animal autodomesticado). É o efeito da maximização das energias dóceis. Portanto, os idosos são fundamentais para a politização e as manifestações. São a ordem. (Bastaria recordar a manifestação eleitoral inglesa favorável à saída da Inglaterra da Europa, capitaneada pelos idosos e surpreendendo os capitalistas atualizados com aquele momento por meio da eleição, um dos exercícios democráticos da representação).

Nesta toada, as forças repressivas sempre funcionam para a ordem, a conservação e no limite, se necessário, o fascismo e variantes autoritárias. Afinal, o fascismo não é só uma prática repressiva de Estado. É prática na sociedade³.

2. o acontecimento estampado e difundido

Constatou-se, durante a semana que culminou na ocupação da Praça dos Três Poderes, que cerca de 200 bolsonaristas estavam acampados diante do QG de Brasília. Durante o fim de semana, no entanto, estima-se que aproximadamente 4.000 pessoas passaram a integrar o acampamento. O elevado contingente de apoiadores de Bolsonaro na cidade provocou reações por parte do governo atual. No sábado, com a chegada de, aproximadamente, 100 ônibus de manifestantes bolsonaristas em frente ao QG da capital federal, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, publicou uma portaria convocando a Força Nacional para realizar a segurança na Esplanada dos Ministérios entre os dias 07 e 09 de janeiro.

Houve reuniões bilaterais entre autoridades do governo eleito e os chamados representantes da segurança pública do DF nas vésperas da invasão. Acreditava-se que, com o aumento do policiamento e colaboração entre o GSI (Gabinete de Segurança Institucional) e a Secretaria de Segurança do Distrito Federal, poderiam ser evitadas manifestações similares às ocorridas em dezembro de 2022, nas quais fascistas vestidos de verde-amarelo e tremulando bandeiras da “pátria” levaram adiante depredações de ônibus e instalações públicas e privadas. Nesse momento, inclusive, membros da equipe de transição do governo atual e militantes de esquerda, além da imprensa e setores da chamada “direita democrática ou liberal”, não hesitaram em chamar os membros do

³ Vide alguns filmes no pós-II Guerra Mundial como *Saló, os 120 dias de Sodoma*, 1976, de Pier Paolo Pasolini, baseado em Sade; “1900”, 1976, de Bernardo Bertolucci, roteiro original; *O conformista*, 1970, de Bernardo Bertolucci, baseado em Alberto Moravia, acessíveis em plataformas de filmes.

rebanho verde-amarelo de “vândalos”, enfatizando que quaisquer manifestações que ultrapassassem os limites constitucionais deveriam ser punidas com rigor.

Questionou-se a convivência das forças de segurança do DF, em especial a Polícia Militar, devido à ausência de repressão. Segundo os adeptos do atual “governo popular”, as corporações policiais deveriam e devem proteger a ordem e a democracia, de modo a reprimir quaisquer iniciativas que atentem contra o Estado Democrático de Direito, cujo limite é incendiar os prédios (o que se constata pelos vídeos, hoje em dia, seria uma eventual alusão ao incêndio do Reichstag, durante a consolidação do governo do nacional-socialismo na Alemanha?)

o passeio do rebanho

O discurso punitivista esteve acompanhado da premissa segundo a qual as manifestações da ultradireita poderiam ser esvaziadas e, com o tempo, dissolvidas caso houvesse maior moderação em torno da relação entre governo e Forças Armadas. No início de dezembro, antes mesmo das manifestações da ordem na ordem em Brasília, o atual presidente havia anunciado a nomeação de José Múcio para o Ministério da Defesa, indicando estar disposto a dialogar com as “Três Armas” e a respeitar o princípio de antiguidade que prevalece nas três forças. Falava agir para preservar a estabilidade, a paz e a ordem, como requer a razão de Estado.

Os esforços realizados no fim de semana, orientados por essa premissa, provocaram desdobramentos anunciados, acarretando surpresa apenas aos que fecharam os olhos diante dos estreitos vínculos entre as forças de segurança – Forças Armadas, Polícias Militares, Polícia Rodoviária Federal e também milícias etc. – e o que se convencionou chamar de bolsonarismo.

Antecedentes, como a atuação da Polícia Rodoviária Federal no segundo turno das eleições de 2022, a permissão para a manutenção dos acampamentos em frente aos Quartéis Gerais, convocações por parte de policiais militares para as mobilizações do 7 de setembro de 2022 e muitos outros explicitam o apoio das forças de segurança ao bolsonarismo. Constata-se, inclusive, que os militares não foram apenas apoiadores do governo anterior (Temer), mas sobretudo parte constitutiva desse projeto político a seguir com Bolsonaro. De acordo com dados levantados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2020, 6.157 militares ocupavam cargos no Governo Federal, incluindo muitos postos considerados de primeiro escalão, como Casa Civil, Secretaria de Governo,

Secretaria de Saúde, Defesa, Ciência e Tecnologia e Minas e Energia. Isso não deveria surpreender, pois não há política que prescindia de Forças Armadas, Polícias Militares, Polícia Civil etc., e de ilegalismos, independentemente do governo de turno. Isso é o Estado, isso é a política. É que o *capitão* posto para fora do Exército⁴ acolheu sua corporação em seu governo com muitos aumentos, novas remunerações, cargos etc. Foi além do previsto e consensualmente acatado pelas forças políticas democráticas.

Os responsáveis pela segurança da Praça dos Três Poderes cumpriram. No início do dia, a Polícia Militar escoltara os manifestantes que marchavam em direção à Esplanada dos Ministérios. Depararam-se com um cenário distinto do previsto, segundo as autoridades do Governo Federal. Não demorou muito para que centenas de pessoas ultrapassassem os “bloqueios” e as “grades” e subissem as rampas do Congresso Nacional. Policiais Militares e os demais integrantes da Força Nacional sorriam e tiravam *selfies* da invasão, além de ajudarem os manifestantes a se localizar no interior dos edifícios. Durante algumas horas, passearam no interior do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e, por fim, do grande alvo: o STF.

As condutas em meio à manifestação golpista diferem diametralmente de diversas insurreições que eclodiram ao longo dos séculos XIX e XX – Comuna de Paris, Revolução Russa, Revolução Chinesa, Revolução Cubana e outras –, nas quais as ações estavam voltadas à tomada de pontos estratégicos, em detrimento da destruição de tudo o que havia nas instalações. Incluindo o dia 20 de junho de 2013, quando manifestantes ocuparam, sem depredar, em Brasília, a entrada do Congresso.

Na movimentação reacionária, ao contrário, móveis, painéis artísticos, vasos, portas, janelas, televisões e outros objetos foram destruídos. Demonstraram pretender aniquilar o que expressasse diferenças alheias às suas devoções, crenças, visões. Para eles, as instalações do local abrigam seus inimigos e deveriam e devem ser destruídas integralmente. O que difere deve ser aniquilado.

Após algumas horas, a Polícia Militar, o Batalhão da Guarda Presidencial e os integrantes da Força Nacional agiram para afastar o rebanho das dependências dos edifícios e, mais tarde, da Praça dos Três Poderes. No momento da manifestação, cerca

⁴ Notícias controversas dão conta de que o “capitão” entrou para o Exército em 1973 e dele saiu depois de publicar um artigo na revista *Veja*, em 1987, contra o baixo soldo dos militares, permanecendo preso por 15 dias e passando, logo depois, a ser candidato a vereador pela cidade do Rio de Janeiro. Apesar de expulso por uma comissão do Exército, ele teve o processo arquivado por falta de provas pelo STM. Foi para a reserva com remuneração. Consultar, entre outros, O Estado de Minas de 26/09/2022:

https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/factcheck/2022/09/26/interna_internacional,1398263/e-falso-que-o-presidente-jair-bolsonaro-tenha-deixado-o-exercito-por-insan.shtml

de 300 manifestantes foram presos pelas forças de segurança. O restante marchou de volta em direção ao acampamento em frente ao QG. O atual presidente chamou esses manifestantes de “aloprados”... Alopados?

quem manda são sempre os mesmos por meio de variadas frações

Diante da escalada do rebanho verde-amarelo, os membros do Governo Federal e seus seguidores exigiram, novamente, mais punições, sem anistias. A primeira reação por parte de Lula-Moraes foi a instauração de uma intervenção federal na área da segurança pública do Distrito Federal, por meio da qual a União tornou-se responsável pelas atribuições relativas à segurança no estado.

Não demorou muito para que o ministro do STF, Alexandre de Moraes, determinasse a retirada dos acampamentos golpistas nas cidades do país. Isso ocorreu após extensa negociação entre o ministro da Justiça, da Defesa, o comandante do Exército e o comandante do Comando Militar do Planalto, devido à recusa, por parte do Exército, em permitir a retirada dos manifestantes na noite de domingo. O curioso é que, no dia seguinte, cerca de 1.800 pessoas foram encontradas acampadas em frente ao QG, configurando menos da metade dos manifestantes presentes no dia anterior. É possível que, mais uma vez, contando com o suporte ou “vista grossa” do Exército, muitos tenham deixado a capital federal. Enfim, os acampados foram encaminhados para a Academia Nacional da Polícia Federal e passaram por uma “triagem”. No local, os policiais determinaram a prisão de 1.159 pessoas e a soltura do restante, dando sequência à seletividade inerente ao sistema de justiça.

O Ministério da Justiça e da Segurança Pública impulsionou a criação de um canal de denúncias contra os que estiveram presentes nas manifestações, mas no Instagram, antes disso, já havia uma página voluntária e “civil” para identificar os perfis dos golpistas. A Advocacia Geral da União (AGU) promoveu a criação de uma força tarefa “em defesa da democracia” para ajuizar ações e determinar o bloqueio de contas e bens dos que estiveram envolvidos na invasão de domingo, incluindo os financiadores.

Não há força que dispute o governo do Estado que prescindia de aportes financeiros do capital, seja de direita, ultradireita, centro ou de esquerda. No caso das agitações autoritárias, sabe-se que contam com aportes financeiros consideráveis por

parte de uma série de empresários⁵, principalmente do ramo dos transportes e do agronegócio, setor beneficiado pelo governo, em especial, a partir da adoção ou tentativas de implementar políticas voltadas à flexibilização de determinadas restrições relativas à mineração em terras indígenas, uso de agrotóxicos, esvaziamento de órgãos que se dedicam à tutela e à fiscalização das terras indígenas – como, por exemplo, FUNAI e ICMBIO –, invasões dessas terras por garimpeiros financiados, queimadas aceleradas, etc. e tal.

Relatório publicado por “De Olho no Agro”, intitulado *Os Financiadores da Boiada*, indica que um dos principais responsáveis pela elaboração de pautas legislativas da Frente Parlamentar da Agropecuária, grupo de congressistas vinculados ao agronegócio, é o *think tank* Instituto Pensar Agro (IPA). Constituído por um conjunto de conglomerados relacionados ao setor, a organização recebe aportes financeiros de empresas que se dedicam à produção de agrotóxicos e ao processamento de soja, como Bayer, Basf, Cargill, Archer Daniels Midland e outras companhias do ramo. Em meio às tentativas de levar adiante projetos que visam à liberação de agrotóxicos e à flexibilização da mineração em terras indígenas, essas empresas obtiveram acesso irrestrito aos principais ministérios do governo anterior, como Ministério da Agricultura, Ministério da Educação, Ministério da Economia⁶. Tudo para elevar os altos rendimentos dos proprietários, perpetrando o roubo contínuo e as violências contra outros modos de vida, humanas ou não.

Não surpreende que o rebanho receba apoio logístico e financeiro de empresas vinculadas ao setor, por mais que não se saiba ao certo o grau ou a materialização de incentivos por parte das companhias citadas às manifestações e aos acampamentos golpistas.

⁵ Empresas que, em 2022, financiaram os acampamentos do rebanho: “Agritex Comercial Agrícola LTDA - Agrosyn Comércio e Rep. De Insumos Agric - Arraia Transportes LTDA - Banco Rodobens S.A - Berrante de Ouro Transportes LTDA - Carroceiras Nova Prata LTDA - Castro Mendes Fábrica de Peças Agrícolas - Cerâmica Nova Bela Vista LTDA - Comando Diesel Transp e Logística LTDA - Dalila Lermen Eireli - Drelafe Transportes LTDA - Fermap Transportes LTDA - Fuhr Transportes - Gape Serviços de Transportes LTDA - JR Novello - Kadre Artefatos de Concreto e Construção - KNC Materiais de Construção - Leonardo Antonio Navarini e Cia - LLG Transportadora LTDA - MR Rodo Iguaçu Transportes Eirelli - Muriana Transportes LTDA - MZ Transportes de Carga LTDA - P. A Rezende e Cia LTDA - Potrich Transportes LTDA - Sinar Costa Beber - Sipal Indústria e Comércio LTDA - Tirloni e Tirloni LTDA - Transportadora ADRIJ LTDA – ME - Transportadora Chico LTDA -Transportadora Lermen - Transportadora Rovaris - TRR Rio Bonito - Vape Transportes LTDA (Flecheira Libertária, 699, de 29 de novembro de 2022. Disponível em <http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2022/11/flecheira699.pdf>)

⁶ Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/07/18/de-olho-nos-ruralistas-lanca-dossie-sobre-financiamento-da-bancada-ruralista/>

As medidas voltadas à punição, por sua vez, contam com a mobilização eficiente do rebanho democrata, incluindo a esquerda, crente no Direito e no pastor que ocupa a presidência da República. Segundo Proudhon (2011), o direito é sempre o do mais forte, deriva da força e, também, da astúcia, troncos propulsores do fundamento do Direito moderno: a propriedade privada. Fomenta as condutas voltadas à apropriação do trabalho alheio e criminaliza, seletivamente, as ações que atentam contra os bens dos apropriadores, dos proprietários. Tornam-se assíduos defensores do sagrado direito da propriedade, contribuindo para a criminalização contínua das insurreições frente à ordem vigente e abrindo precedentes para a perpetuação das violências estatais contra os que se revoltam. Afinal de contas, todo o aparato de segurança que, episodicamente nos dias de hoje, está dirigido aos fascistas deve, mais tarde, como regularidade, voltar-se contra os insurgentes, como ocorre inúmeras vezes.

os inteligentes do Estado

Muitos justificam sua “indignação” com as forças policiais que faziam o policiamento da Praça dos Três Poderes com base nas investigações preliminares realizadas pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), enfatizando que esta, sim, cumpriu seu papel em defesa da democracia ao alertar as “autoridades públicas” sobre o possível golpe. Mais uma vez, ignoram ou fingem ignorar que se trata de uma agência de inteligência cuja função, entre outras coisas, é monitorar as condutas das pessoas, como ocorreu em junho de 2013, momento no qual atuou arduamente para controlar as movimentações de associações militantes na internet e fora dela⁷. Tudo para conter as associações que, num dado momento, poderiam provocar revoltas contra o Estado, a propriedade e a ordem vigente.

Frente à movimentação do rebanho fascista, a militância de esquerda, para além das medidas “imediatas” e “necessárias” perpetradas pelo “governo popular”, não tardou em demonstrar sua devoção à segurança enquanto parte constitutiva do funcionamento do Estado Democrático de Direito, consolidando o mais atual e visível disfarce dos stalinistas reencarnados. Pessoas que, em acontecimentos recentes, haviam sido impulsionadas por ativistas *progressistas* para criminalizar as forças insurgentes, como os praticantes da tática *black block* em junho de 2013, voltaram à tona. Noções como “terroristas”, “vândalos” e “baderneiros” não apenas foram entoadas nos noticiários

⁷ Ver Revista Ecopolítica, v. 6, maio-agosto 2013, *paisagens*. Disponível em https://www5.pucsp.br/ecopolitica/galeria/galeria_ed6.html

mediáticos como passaram a preencher o vocabulário e os discursos emitidos desde os carros de som nos atos que ocorreram no dia seguinte. Manifestações que indicam, mais uma vez, como a ultradireita pode ser funcional para a contenção de práticas insurgentes por meio da produção de consensos em torno da democracia, das leis, da punição.

3. desdobramentos

Em O conformista, um momento certo:

“– Por que as pessoas colaboram conosco? Por medo, por dinheiro, poucos acreditam no fascismo”.

É atribuído um certo conhecimento argumentativo ao fascismo, uma unidade de pensamento. Alguns preferem situar o fascismo como fragmentos anexados arbitrariamente segundo os sentidos circunstanciais, e carecendo de unidade. O personagem de Alberto Moravia é mais simples e direto: o fascismo resulta dos constantes medo e/ou de dinheiro. Mas se define mesmo pelo fato de poucos acreditarem no fascismo. Como ideias e práticas, é só uma ideia fixa. Pretendem a limpeza imediata a que se propõem com a supressão da política institucional, dos movimentos que consideram inimigos e alheios à moral conservadora. Em uma cena de 1900, a mulher do capanga fascista da fazenda chamado Átila expõe aos presentes, diante do corpo de mulher espetado na grade de proteção da sua casa pelo seu marido, a falta de moral da morta, cujo cadáver se encontrava sem calcinha. Enfim, é indiscutível: tudo não passara de suicídio de uma imoral. Os transeuntes emudecem de medo. Poucos acreditam no fascismo. Ele permanece enquanto sua violência for incontível.

Situar qualquer movimento de ultradireita como fascista é uma vaidade intelectual e política. O fascismo é algo que permanece no Estado moderno, acontece de tempos em tempos, serve de meio para o remanejamento liberal e democrático, produz a ilusão do totalitarismo sempre superável no capitalismo. Não é de classe média, de burguesia, de classes trabalhadoras, lumpen. As práticas fascistas atravessam todos os segmentos socioeconômicos. É um acontecimento que oscila e é fundamental ao capitalismo e à democracia representativa, à formatação jurídico-política e à normatividade. Abriga as organizações dos ilegalismos contemporâneos, como milícias, esquadrões da morte, organizações de empreendimentos ilegais com o tráfico etc. Contribui, à sua maneira, para a instauração do novo normal na normalidade, produz a revisão e a atualização da

democracia liberal com as definições de novas melhorias de condições de vida, e pretendendo, hoje, garantir a sustentabilidade capitalista com resiliência, participação e Estado de direito. Todavia, e por isso mesmo, no leque pluralista democrático haverá sempre um lugar para as forças autocráticas, fascistas ou não. Os fascistas voltarão, pois, a cultura capitalista não prescinde dessas condutas mais ou menos toleradas, segundo instantes político-históricos precisos. Por um certo tempo, no governo Bolsonaro, que foi aglutinação de forças de direita mais ou menos fundamentalistas, aprender a conversar com fascistas chegou a ser uma recomendação de ilustrados...

manifestações pró-governo e fortalecimento da democracia

No dia seguinte às movimentações do rebanho em Brasília, movimentos sociais, coletivos e grupos de torcedores organizados convocaram atos em defesa da democracia em diferentes cidades do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre etc. O fortalecimento da democracia, mais uma vez, passou a ser concebido enquanto meio necessário para a inviabilização do fascismo. O objetivo de grande parte dos manifestantes era claro: sair às ruas para pressionar o Executivo, o Legislativo e também o Judiciário a agirem com rigor, de modo a punir todos aqueles que atentaram contra as instituições constitutivas do Estado. As confusões em relação aos distanciamentos entre práticas antifascistas e democráticas pairavam sobre os discursos entoados desde os carros de som, cartazes e gritos de “guerra”.

Múltiplas forças estiveram nos atos em defesa da democracia. Os representantes dos grupos e movimentos “organizadores” das manifestações, cada qual à sua maneira, repetiram sucessivamente palavras como “terroristas”, “prisão”, “vândalos”, termos constitutivos da linguagem da ordem, do vocabulário punitivo. Afinal de contas, a linguagem não é neutra e sua construção não está apartada das relações de poder, dos embates entre as forças sociais em luta.

“Sem anistia” foi a palavra de ordem dos manifestantes, que não hesitaram em reativar um discurso pautado na segurança, incluindo movimentos como MST, MTST, Central dos Movimentos Populares, centrais sindicais etc. Além dos movimentos considerados tradicionais, a presença de grupos e coletivos de torcedores, organizados ou não, mais uma vez foi significativa. Nos últimos anos, sobretudo desde 2014, surgiram coletivos como o “Coletivo Democracia Corinthians”, “Porcomunas”, “Bloco Tricolor Antifa”, “Santos Antifa”, “Coringão Antifa”, “P 16 (Palmeiras Antifascista)” e muitos

outros agrupamentos de torcedores dos inúmeros clubes do país, explicitando a existência de vínculos entre as pautas das manifestações nas arquibancadas – redução dos valores de ingressos, flexibilização das restrições impostas pelas forças de segurança e federações relativas às festas nos estádios, maior participação na política interna dos clubes etc. – e demandas que abrangem outras esferas.

Há proximidades e, ao mesmo tempo, diferenças entre esses coletivos, uma vez que há grupos constituídos por comunistas, social-democratas e, em alguns casos, militantes libertários. Torcedores vinculados às torcidas organizadas do país, como “Gaviões da Fiel”, “Torcida Independente”, “Torcida Jovem do Santos” “TUP”, “Leões da Fabulosa” e outras entidades, vinculados ou não aos coletivos mencionados, também marcaram presença nos atos em defesa da democracia em São Paulo. Eram os únicos a gritar contra as polícias, escapando do inócuo coro de sempre: “não acabou, tem que acabar/ eu quero o fim da polícia militar”.

Constata-se, independentemente das diferenças em termos de táticas e perspectivas entre as forças presentes, que as movimentações levadas adiante pelos fascistas produzem consensos em torno da democracia em todo o espectro político, incluindo grupos que, em alguns momentos, mostraram-se dispostos a impulsionar ações contundentes contra o rebanho bolsonarista, como foi o caso de muitos torcedores organizados, em 2020, em plena disseminação da Covid-19. Naquele momento, em São Paulo, manifestantes saíram às ruas com o objetivo de interceptar uma movimentação que ocorria na avenida Paulista, firmando que não deve haver lugar para fascista. O rebanho bolsonarista, novamente, contou com o apoio e a proteção da polícia. O dia terminou com fortes enfrentamentos entre policiais e manifestantes, que erguiam barricadas e resistiam à violência perpetrada pelos agentes da ordem. E os fascistas, por sua vez, assistiam tudo de “camarote”, clamando pela punição dos “vândalos” das torcidas organizadas.

Isso não surpreende, pois não há polícia e forças de segurança que não sejam fascistas. O curioso é que, mesmo diante dos sucessivos enfrentamentos entre as forças de segurança e os movimentos sociais – incluindo os torcedores –, muitos não hesitaram em demonstrar sua devoção à democracia e, por conseguinte, às leis, à punição e às instituições que integram o Estado. Segundo grande parte dos que foram às ruas “lutar contra o golpe”, lei e ordem se tornaram os meios a partir dos quais o fascismo deve ser destruído. Incorporaram a linguagem da ordem, tornando-se feixes do governo eleito. Isso, no entanto, não é um problema para os devotos. Afinal de contas, acreditam ser parte constitutiva do “governo popular”, os auxiliares do pastor do momento. Por isso, tudo

deve ocorrer de forma democrática e ordeira, preservando a estabilidade econômica, social e política do país. Tudo para garantir a confiança do mercado e arregimentar o rebanho com políticas públicas, incluindo programas de distribuição de renda, geração de emprego, direitos de minorias e por aí vai...

No dia 10 de janeiro, um dia após os atos em defesa da democracia, a Polícia Militar cumpriu um mandato de reintegração de posse na ocupação “Povo Sem Medo”, em Curitiba, explicitando, mais uma vez, uma de suas principais funções: assegurar a manutenção do “sagrado” direito de propriedade. Talvez, para os democratas, isso não seja um empecilho, uma vez que não hesitaram em demonstrar apoio às determinações do ministro do STF, Alexandre de Moraes. O homem que, para muitos, tornou-se o grande “paladino em defesa do Estado de Direito” determinou, entre outras coisas, a proibição de quaisquer ocupações de prédios públicos e interdições de vias e rodovias em todo o território nacional.

Por mais que a operação policial em Curitiba não estivesse atrelada à decisão do STF, é pertinente explicitar que as tentativas voltadas para a judicialização das lutas produzem desdobramentos similares ao que foi descrito, voltando-se rapidamente contra as lutas sociais, sobretudo as que utilizam táticas de ocupação, bloqueios de vias e rodovias etc. Por isso, as práticas antifascistas são também tentativas de oposição ao capital, ao Estado e suas leis.

como na religião, o ecumenismo separou adeptos de fundamentalistas

Final do século XX, anunciavam-se os princípios da tolerância por meio da UNESCO-ONU, em 16 de novembro de 1996⁸. Menos de cinco anos depois, forças do fundamentalismo islâmico produziram o 11 de setembro, derrubando os edifícios que compunham as duas torres, símbolos do capitalismo em New York, a cidade sede das Nações Unidas.

Desde aí, taxados como terroristas, os fundamentalistas islâmicos tomaram o centro das tentativas de soluções diplomáticas que envolveram a caça e a execução do líder da Al-Qaeda, Osama Bin Laden, durante o saudado governo democrático de Barack Obama. Multidão de democratas comemorou na Casa Branca e em Nova York a execução do fundamentalista pelos democratas, transmitida ao vivo, via satélite, para o gabinete do

⁸ Declaração de Princípios sobre a Tolerância. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/paz/dec95.htm>

governo⁹. Ocorreram, desde então, muitas discussões sobre o estado de exceção na democracia, assim como sobre não haver governo no capitalismo sem medidas de exceção. A palavra terrorismo se espalhou pelos noticiários, assim como vândalos e sinônimos. Assim, tudo que ofendesse a democracia e o capitalismo começou a ser chamado de terrorismo, vandalismo etc. Nada podia ofender as forças repressivas, e esse *terrorismo fundamentalista* precisava ser barrado com a força da lei, da repressão e da exceção. Mais uma vez, os direitos humanos foram para baixo do tapete. Tudo seguindo em nome de garantir a institucionalidade democrática, o destituído capaz de recolocar o constituinte, em mais uma reviravolta no financiamento ao Oriente Médio. Todas as forças políticas, enfim, da direita à esquerda, afinaram no combate aos fundamentalismos. No Brasil, culminou, no pós-junho de 2013, com a lei Antiterrorista do governo petista, finalmente consagrada em 16 de março de 2016¹⁰.

Ao mesmo tempo, as diferenças precisavam ser formatadas por meio das práticas ordeiras dos portadores de direitos de minorias, como exercício político e com tolerância. Melhorias e compensações deveriam avolumar como respostas às violências estatais no passado, desde o colonialismo, para restabelecer, novamente, a normalidade como o centro político, com a consagração da conduta moderada. Assim é que o ecumenismo, não só religioso, passa a ser recomendado e valorizado como meio para evitar e estancar os fundamentalismos dos outros. Entretanto, ocorre a reaparição dos fundamentalismos em função da arbitrária identificação do governo com o Estado. Portanto, nem tudo é fascismo e nem todo fascismo sabe levar vantagens dos dispositivos democráticos. Todavia, desde o início do século XXI, autocracias não tardam em aparecer, continuando as democracias e subestimando o judiciário e/ou os políticos. E nesse ponto maleável de convergência esteve o governo Bolsonaro, pretendendo-se autocrata e lançando mão de condutas fascistas. E foi daí que veio a reação de seus seguidores, de seu rebanho, à derrota eleitoral.

Sobraram os bolsonaristas democráticos adeptos do pluralismo e disponíveis a apoiar o atual governo, como fizeram no quadriênio passado, ou assim sendo até que se apresente nova situação para rearranjar as forças em direção a um golpe de Estado (como em 1964), que supere o mero golpe de ar azedo que pregaram no domingo 8 de janeiro com as repercussões penalizadoras que se sucederam. Ou seja, a autocracia depende de democratas e fascistas na fachada e nos ambientes interiores. Preferem o exercício

⁹ A versão mais oficial, disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Morte_de_Osama_bin_Laden

¹⁰ Lei 13.260. Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113260.htm

político por meio das instituições reformadas e abastecidas para a condução autocrata. Mas foi isso que não apareceu no Brasil. Não foi Bolsonaro um Getúlio Vargas ou similar aos atuais líderes da Europa Ocidental. Estava acolhido e encolhido nos EUA. Nem mesmo é bilionário como Donald Trump. Nem a sociedade é tão organizada, nem os conservadores idosos tão fortalecidos. Tudo aposentado, esperando migalhas de dinheiro, com medos, e frágeis como sempre.

O futuro pertence aos democratas ou a quem conseguir suspender o ramerrame da obrigatoriedade da formação de força democrática-liberal unificada, das forças fascistas e/ou autoritárias temporariamente emudecidas, todas, da ultradireita à esquerda, forças modernas constitutivas do Estado e favoráveis à ação indireta com devoção às forças repressivas do Estado, ao jurídico-político da representação e do ideal do imperialismo universal da democracia estadunidense. O futuro pertence a quem inventar liberdades para além do ativismo e da militância a este imantada, proposto e tolerado pela racionalidade neoliberal.

No limite, há os defensores acadêmicos de uma certa democracia militante que deveria funcionar em função da obstrução do totalitarismo nazista (não deu certo por lá, não se sabe o que pode dar por aqui), lembrada em artigo pelo jornal O Estado de S. Paulo, em 9 de janeiro, citando o artigo de Karl Loewenstein (1937), e voltando a fazer referência em 16 de janeiro. A democracia militante ajusta-se ao mesmo campo ativista que incorpora o militante em função do Estado de direito e da ação indireta. Há uma desesperada busca de uma nova pista para a interpretação dos cuidados para a conservação e a preservação da democracia, assim como uma revoada de inventividades, procurando achar um conceito que defina esta situação de invasão da Praça dos Três Poderes no Brasil. Ninguém quer mais ser identificado como não democrático. Essa é a saúde do Estado, que vai dos partidos, às ONGs, institutos, fundações, partidos, acertos e negociações do governo em exercício até a próxima situação. Todos querem voltar à normalidade e deixam ao jornalismo acadêmico as análises; ao direito penal e às instituições repressivas, a seletividade penal em exercício contínuo. A sociedade civil organizada, neste caso, deseja tolerância zero. E mais uma vez, incorpora a nomenclatura de direita.

defesa do estado de direito é governo do judiciário e das suas leis

O entendimento segundo o qual a punição constitui a chamada natureza humana teve forte incidência no âmbito da filosofia política. O liberal Adam Smith já enfatizava que quaisquer ações que se tornem alvo de ressentimentos devem ser punidas, enquanto as beneficências merecem ser recompensadas (SMITH, 2015). Isso significa que o exercício do governo nos marcos do Estado de Direito também está condicionado à distribuição seletiva de castigos e recompensas, que variam conforme as relações de força e os momentos históricos.

Os democratas são ressentidos moderados, não concebendo a possibilidade de uma vida livre de punições. Ao contrário dos fascistas, que aspiram à aniquilação de tudo o que difere do modo pelo qual enxergam a vida, os democratas são devotos dos regulamentos, das constituições, do chamado devido processo legal. Tudo em consonância com a “agenda de direitos”. Julgamentos conforme as determinações legais, “melhores” condições aos presos, introdução de câmeras nos uniformes da polícia, introdução de cursos de direitos humanos para as forças de segurança etc. São adeptos de reformas, medidas que asseguram a perpetuação do sistema de justiça, das prisões, das polícias. Por isso não há combate ao fascismo em meio à cultura democrática.

Como enfatizou Foucault (1993), o fascismo não está circunscrito ao que se convencionou a chamar de “fascismo histórico”. Envolve os modos pelos quais os súditos desejam o poder, aspiram à obediência e às relações pautadas em sucessivas explorações. Está, portanto, presente nas condutas cotidianas que fortalecem a ordem vigente e o discurso político. O combate a esse modo de vida autoritário não passa, evidentemente, pela manutenção do poder pastoral, pelo fortalecimento do Estado e hierarquizações nas distintas esferas da vida. A premissa segundo a qual o fascismo deve ser combatido por meio da “unidade de ação” e medidas punitivas, como clama o rebanho democrata, apenas fortalece modos de vida pautados na obediência, dando continuidade às condutas fascistas do dia a dia e presentes nas “dobras do corpo”. Ser democrata não é sinônimo de antifascismo. O fortalecimento da democracia não prescinde da presença do fascismo em nossas vidas, pois a cultura democrática, pautada na convocação à participação nos marcos do governo de Estado, cria terrenos férteis para a produção de obediências, anseios punitivos, busca por segurança e estabilidade.

o sobe e desce a rampa

No tal do sobe e desce a rampa musical e político (ou musical-político?) tem até cadela resistente com coleira-grife. Sobem gatunos e senhoras de bem ou mais ou menos, com senhores do bem, de bem, de ideia fixa. Sobe e desce a rampa e pouco importa onde foi parar o *vapor barato*. “Te encontro em Sampa / De onde mal se vê / Quem sobe ou desce a rampa / Alguma coisa em nossa transa / É quase luz forte demais / Parece pôr tudo à prova / Parece fogo, parece / Parece paz, parece paz...”¹¹. Depois de 32 anos é inconfundível: o Brasil continua fora da ordem mundial, fazendo um baita esforço para entrar na ordem como parte do Mercosul que se expandia pela América do Sul e foi para o ostracismo, e de BRICS (Brasil-Rússia-Índia-China e África do Sul), que é confusão diante da devoção ao *trumpismo*. Porque tudo passou a ser fundamental para o meio ambiente (e o é, caso se siga o que definem os financistas internacionais, mas, diante da brutalidade do governo Bolsonaro, qualquer coisa vinda de fora com grana para restaurar o meio ambiente soa democrático e imprescindível, dentro de uma ordem de que este povo anda sempre por fora).

Depois do que restou da depredação geral do rebanho, o presidente convoca governadores e juízes e ministros para subirem a rampa. Para descerem a rampa. Visitam a Câmara e o Senado quebrados. Para culminar, o cortejo aporta no STF. Todos vão. Alguns chegarão no outro dia pela manhã para sentarem na mesa oval com o presidente e jurarem acabar com a situação desconfortável. É preciso salvar e garantir a continuidade da democracia com Direito, das suas instituições com seus homens e mulheres sendo firmes sentinelas diante da divisão nas Forças Armadas e na polícia. Dentro do rocambole das forças que se juntaram para governar o Estado a partir de 1 de janeiro, tudo move, muda de posição, de convicção e de ideia fixa para convergir para democracia e Estado de direito.

Sobra para a semana seguinte um tal de decreto golpista nos armários de um ex-ministro do governo anterior...

4. surpresas

a invasão dos três poderes não moveu o cidadão democrático

Acompanhavam pela televisão, nos celulares e derivados pelas redes sociais, até mesmo pelo rádio, que uma mobilização ordeira seguia para a Praça dos Três Poderes, Brasília,

¹¹ Caetano Veloso. “Fora da ordem”, 1991.

acompanhada e protegida pela polícia, quando de repente, não mais que de repente, o disciplinar retângulo formado pelo rebanho se transforma em turba e começa a quebrar o que vê pela frente.

Estão em júbilo pelo que fazem envoltos em bandeiras do Estado, com roupas verde-amarelas, com camisetas de futebol, com maquiagem para a ocasião, o sapato ou o tênis adequado para a movimentação, sua garrafinha de água, em certos casos um batom... Se abraçam, sorriem uns para os outros, vibram como vitoriosos: tudo estampado em *selfies* divulgadas nas redes sociais. Os helicópteros de televisões abertas e fechadas sobrevoam do alto. Ninguém, nem a imprensa *democrática* está autorizada a entrar na farra não sendo convidada ou participante. Algumas emissoras coniventes tentam dar apoio, mas o massacre contra os atos vindos de todos os demais meios de comunicação, começa a inibir o deleite. Algo vai mal no que parecia certo e não é uma *fake news* pelo avesso...

Os meios de comunicação, empresas fortemente constituídas e afeitas a apoiar governos (quando não estão envoltas com interceptações etc. e tal, tal e qual os partidos e demais empresários...), condenam a violência da manifestação e definem a tentativa de golpe, promovida por vândalos, um “verdadeiro terrorismo”, com segmentos da polícia e Exército acobertando ou desviando olhares (na porta dos quartéis, tudo parado; nas ruas apenas os automóveis cotidianos, ninguém se arvora a contestar, sair às ruas, por medo). Os antifascistas das torcidas organizadas se pronunciam contrários... Os analistas nas televisões definem o que ocorre e condenam; pretendem fortalecer as autoridades que sinalizam para medidas punitivas exemplares, mas têm pouca coragem para falar da divisão da polícia e das forças armadas, têm medo. Começa o tal de acomodar-se contra o que ocorreu, principalmente por meio de autoridades jurídico-políticas. O presidente pede a força de todos e todas para o fortalecimento da democracia. Pouco depois, anunciam que Bolsonaro estava internado em um hospital nos EUA com dores abdominais (ou seria uma verdadeira dor de barriga?). O Estado produz medo, as forças que comandam e encenam o medo ao medo variam. Os cidadãos estão sempre temerosos porque as forças repressivas são sempre forças repressivas necessárias.

Proferem que mais de 1.100 presos em flagrante serão julgados e sentenciados... Já começam a falar que a prisão da Papuda, Brasília, está superlotada com esses “criminosos” da ocasião que até momentos atrás eram os guardiães da ordem, da moral e do Estado. E há também as denúncias e delações atingindo autoridades das forças

repressivas. E já pouco se fala de empresários, políticos, autoridades diretamente envolvidas com a metamorfose do rebanho em turba. Tudo vai ficando individualizado...

Nos telejornais proliferam análises contra *vândalos, terroristas etc. e tal* em favor do Estado de direito, da ordem, da punição exemplar... Parece que tudo volta ao normal. Ou a um normal que implica novos acordos com forças repressivas, entendimentos jurídicos, movimentações ministeriais, composições legislativas, adestramento de forças políticas mais radicais e formatação de radicais às expectativas democrático-liberais. Recomposição ordeira dos Três Poderes, apesar da destruição generalizada, por medo, por dinheiro, mas quase ninguém sabe o que é fascismo.

Afinal, houve uma tentativa de golpe de Estado? Onde está Bolsonaro e suas *forças*? Voltarão pela via legal, como sempre se apresentaram, ou exercitarão um pouco mais suas abusivas pretensões? Eles já tentaram intimidar por meio de simulação de ocupação do STF com fogos de artifício, em 13 de junho de 2020, depois de acamparem na Esplanada dos Ministérios¹². A estratégia do acampamento e do ataque (primeiro treinado e simulado como em um *game*) já tinham sido testados. As formas repressivas estavam divididas e em 8 de janeiro não se unificaram. Não havia condição interna e internacional para engolir um golpe de Estado. Por isso mesmo assistimos não à tentativa de golpe, mas à manifestação da ira de uma minoria violenta que só tem olhos e ouvidos para si, mas que também é esperta para recuperar sua cadeira na sala de jantar do pluralismo democrático. Fascista não produz golpe, realiza o que se espera no Estado sob certas circunstâncias. As circunstâncias em 8 de janeiro não lhe foram favoráveis.

a sociedade acredita em polícia, forças armadas e representação política

Uma garota pergunta a um homem se ele acredita em Deus. Ele responde negativamente. Ela fala que respeita todas as posições, mas acha que quem acredita em Deus tem mais conforto espiritual, vive melhor. Ela simplesmente desqualifica a resposta do homem. É assim no mundo de hoje, respeita-se tudo, mas o *seu* é melhor, na hora H deve ser o *seu* que governa a vida das pessoas. Simplesmente porque a maioria acredita em Deus de qualquer religião; é o pluralismo religioso. Em suma, o fundamentalista é o outro.

¹² Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=mXTlmzEIE2I> e <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/14/grupo-de-apoiadores-de-bolsonaro-lanca-fogos-de-artificio-contr-a-o-predio-do-stf.ghtml>

E assim se acredita em polícia e forças armadas, que recrutam seus componentes entre pobres e miseráveis empregados, desempregados, servindo aos ilegalismos com vantagens ou submissões incontornáveis. Maquiavel estava certo: leve a luta para dentro dos outros. Foram eles que compuseram as legiões fascistas de outrora, configuram a ameoba turba de hoje, e o que virá mais adiante. São ilegalismos (milicianos, traficantes...), legalistas policiais e membros das forças armadas. São serviçais e moralistas. Estão disponíveis a corrupções legais e ilegais. Estão sob lei penal específica¹³. Prendem e torturam, matam e executam. Existem para matar. A segurança do Estado supõe pacificar a guerra por direito e astúcia, ou força e morte.

A maior das pacificações veio com a representação política como forma de realizar a igualdade formal jurídico-política levada adiante desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, diante da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, em 1776. De baixo para cima ou de cima para baixo, a democracia moderna é a presença da representação, da formação e da ditadura da opinião pública. É preciso representação governando todas as ações e práticas de indivíduos, pessoas, grupos, organizações, classes sociais, partidos, sindicatos, escolas, gêneros, minorias, enfim, governos majoritários com gestão compartilhada ou não.

Pacificação da sociedade (ou do estado de natureza) depende, modernamente, de leis, normas, práticas, condutas formadas na politização pela representação, na ação indireta para que todos se sintam participando. É preciso que a representação se estabilize por meio da vida moderada, a moral da moderação. O que repercute em tolerância de cada um com cada um, e com instituições de consenso e repressão. É preciso concordar que a educação se funda na punição e na recompensa. E, de vez em quando, essas propriedades se confundem e proporcionam o aparecimento de forças predominantemente autocratas, ou mesmo fascistas. Mas, também, de formas radicais de ação direta avessas a ideias fixas e representações e pacificações artificiais.

A racionalidade neoliberal apenas fortalece essa continuidade em função de mais ou menos legislações sociais, políticas compensatórias, e em saberem quanto deve ser a fobia de Estado, o que por si é incalculável, mas serve para justificar a continuidade da

¹³ Decreto-Lei no. 6227 de 24 de janeiro de 1944. Institui o código penal militar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del6227.htm . Decreto-Lei no. 1001 de 21 de outubro de 1969. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm E PL 9432/17 que atualiza o Código Penal Militar, em 17/02/2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/851740-deputados-aprovam-proposta-que-atualiza-o-codigo-penal-militar/>

democracia liberal. Tudo deve ser democrático, com monitoramentos presenciais e eletrônicos que redimensionam e superam os dispositivos de vigilâncias disciplinares. Nas sociedades de controle prevalecem os monitoramentos que balizam o cidadão-polícia, justificam as resiliências esperadas e incentivadas, e a democracia que vaza do político para a economia (com a relação empreendedora entre capital e capital humano), a cultura, o social, o meio ambiente e, finalmente, a governança.

O que se anunciou como *golpe* não passou de um golpe de ar azedo. Monitoramento é segurança para quem manda. Vai da família ao Estado, ao meio ambiente, aos ambientes democráticos, e volta do Estado para a família, para a pessoa, a criança miniaturizada em adulto e, nesse *feedback* constante, repõe a vida sistêmica, procurando submeter a existência livre. Então, como em episódios de 8 de janeiro de 2023, enquanto alguns depredam, os demais aguardam com sua fé que tudo se ajeite de forma indireta por meio das instituições democráticas. E assim o foi.

Com a eleição de Bolsonaro, em 2018, movimentos sociais e centrais sindicais expressaram preocupações a respeito da maneira pela qual a Lei Antiterrorismo seria utilizada contra os setores classificados pelo governo como “inimigos da nação”. Desde então, congressistas alinhados ao governo de turno se mobilizaram para levar adiante novos PLs acerca do tema ou modificações na lei vigente, possibilitando a ampliação da noção de terrorismo inserida no projeto aprovado no governo encabeçado por Dilma Rousseff. MST¹⁴, CUT¹⁵, ANDES¹⁶ e outros movimentos e sindicatos enfatizaram que os projetos e propostas de alterações apresentadas pelos parlamentares vinculados ao bolsonarismo poderiam colocar em risco o “livre” direito à manifestação, abrindo precedentes para a criminalização dos movimentos sociais. O tiro passou a sair pela culatra.

Essas considerações e as movimentações levadas adiante pelos bolsonaristas no Congresso Nacional mostram como a seletividade relativa à aplicação das leis e às ações classificadas como criminosas está condicionada às relações entre as forças sociais num determinado contexto. Afinal de contas, tais inquietações apenas vieram à tona num

¹⁴ Disponível em: <https://mst.org.br/2021/09/23/projeto-de-lei-antiterrorismo-pode-reduzir-liberdades-democraticas/>

¹⁵ Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/parlamentares-apresentaram-36-projetos-para-alterar-texto-da-lei-antiterrorismo-4fe2>

¹⁶ Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/nova-lei-antiterrorismo-e-aposta-de-bolsonaro-para-reprimir-protestos-sociais-no-pais1>

momento no qual a esquerda havia sido derrotada nas urnas e visto as ruas serem preenchidas pelos fascistas.

Constata-se que a Lei Antiterrorismo, aprovada na esteira das revoltas de junho de 2013 e dos atos contrários à Copa do Mundo, contribuiu para a criação de condições para as tentativas voltadas à incrementação de novas leis e medidas securitárias dirigidas aos movimentos sociais, sindicatos – como os grupos citados – e, sobretudo, às forças insurgentes.

Em 2021, com o apoio dos partidos de esquerda no parlamento, aprovou-se a substituição da Lei de Segurança Nacional (LSN) pela Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito. A prioridade, agora, não são as iniciativas que visam atentar contra a soberania e a segurança nacional – por mais que esses “crimes” ainda estejam tipificados –, como previa a LSN de 1983. A finalidade atual é monitorar e punir, com rigor, todas as ações que tenham como objetivo promover a destruição violenta do Estado Democrático de Direito. Tudo para preservar a democracia, a harmonia entre os Três Poderes e concretizar, no Brasil, o novo modelo a ser seguido pela “direita democrática ou liberal” e, também, pela esquerda.

a fé na polícia e nas forças armadas como santos da pacificação

“Forças Armadas não devem se meter em política”. Essa, entre muitas outras, é uma das considerações repetidas veementemente pelos democratas, sejam de esquerda ou de direita. Após as movimentações do rebanho na Praça dos Três Poderes, o atual presidente e a militância adepta do “governo popular” questionaram a atuação das polícias e Exército em relação à segurança da Esplanada dos Ministérios. Fala-se em indisciplina diante do comandante-chefe das “Três Armas” – no caso, o presidente da República – e desrespeito à hierarquia. Questiona-se também o atual ministro da Defesa devido à negligência frente aos acampamentos fascistas e, mais tarde, à invasão do dia 08 de janeiro.

Aparece, contudo, a premissa segundo a qual o governo deve agir frente à postura dos militares. Alguns, por exemplo, falam que a correlação de forças permite a aplicação de medidas e reformas envolvendo os militares, como alterações nos currículos, demissão e prisão do comandante do Exército, alteração nas nomeações baseadas nos critérios de antiguidade etc. Tudo para “democratizar” as Forças Armadas.

Fingem ignorar que não há Forças Armadas que não façam política, uma vez que suas funções estão voltadas à defesa da manutenção da integridade, da soberania e, por

consequente, de uma determinada ordem nacional. Pode-se dizer, inclusive, que, implicitamente, enfatizam o caráter político dos militares, pois desejam a implementação da pacificação social por meio de forças de segurança comprometidas com os “valores democráticos”. Isso também é política.

A fé nas Forças Armadas e na polícia faz parte das condutas dos que não concebem uma vida sem segurança de Estado, como também é o caso dos *progressistas*. Fecham os olhos diante da guerra permanente e aderem à busca pela paz, categoria que não passa de um ideal por meio do qual os súditos se confortam. Os pacificadores, segundo Proudhon (2011), são conquistadores cuja soberania reside na força, na confirmação do direito do mais forte. Não há, portanto, pacificação que prescindia de violências, subordinações, hierarquias, obediências.

É inevitável que a ânsia por pacificações envolva a devoção nas forças de segurança, por mais que essa defesa esteja assentada nas palavras-chave que integram o vocabulário democrático. Ao fortalecê-las, perpetuam-se o racismo de Estado e as criminalizações seletivas, incidindo sobretudo nas classes populares. Autocratas, fascistas e democratas, uns mais autoritários e outros com tons reformistas e alinhados à chamada “agenda de direitos”, apresentam um denominador comum nesse quesito: a fé inabalável na necessidade das forças de segurança, compreendendo-as como instituições fundamentais para a preservação das relações sociais. Sem isso, para eles, prevalece a desordem, palavra ríspida aos que não são capazes de abolir o Estado de suas perspectivas. A segurança conforta os que seguem sob as rédeas do pastor e temem abandonar o rebanho. Fascista é uma pessoa normal. Todo(a) normalizador(a) é um potencial fascista. Abaixo o normalizador do normal.

“palhaços líderes brotaram macabros/ no império e nos seus vastos quintais/ ao que reveem impérios já milenares/ munidos de controles totais”¹⁷

Prefira o diferente, o que escapa do negativo para pensar e querer o que prolifera, disjunta e justapõe; a força revolucionária (e da revolta) está no que escapa da representação (e que move para enfrentar o insuportável), sublinhado por Foucault em uma vida não fascista, situando a beleza de Anti-Édipo. Nada de ser contra, mas firmar o *anti*. Multiplique e não caia de amores pelo poder. Simples. Nem sempre democracia é

¹⁷ Caetano Veloso. “Anjos tronchos”. *Meu coco*, 2021.

sinônimo de liberdade, mas é sempre a liberdade de quem governa. E quem governa manda, vive na hierarquia. E difunde medo... Governar é policiar.

bibliografia citada

- BRODER, David. *Primeiro eles tomaram Roma*. Tradução de Aline Klein. São Paulo: Perseu Abramo, 2022.
- FEITLOWITZ, Marguerite. *Un léxico del terror*. Buenos Aires: Prometeo, 2015.
- FOUCAULT, Michel. “Introdução à vida não-fascista”. In: PELBART, P; ROLNIK, S (org.). *Cadernos de subjetividade*. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas das Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, v. 1, n. 1, 1993.
- KERTZER, David I. *O papa e Mussolini*. Tradução de Berilo Vargas. São Paulo: Intrínseca, 2017.
- LIFTON, Robert Jay & MARKUSEN, Eric. *The genocidal mentality. Nazi holocaust and nuclear threat*. New York: Basic Books, Inc, Publishers, 1990.
- LOEWENSTEIN, Karl. “Militant democracy and fundamental rights, I e II”. *The American Political Science Review*. V.31, nos. 3 e 4, 1937. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1948164?origin=JSTOR-pdf> e <https://www.jstor.org/stable/1948103>
- PASSETTI, Edson et. al. *Ecopolítica*. São Paulo: Hedra, 2019.
- ____ & AUGUSTO. Acácio. O drama da *multidão* e os trágicos *black blocs*: a busca do constituinte como destino e a *ação direta*. *Revista Ecopolítica*, v. 9, agosto-dezembro, 2014, *paisagens*. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/galeria/galeria_ed9.html
- PROUDHON, Pierre-Joseph. “Guerra e Paz”. *Revista Verve*. Tradução de Martha Gambini. São Paulo, n.19, 2011, pp. 23-71. Disponível em http://www.nu-sol.org/wp-content/uploads/2018/01/verve19.compressed_compressed.pdf
- RAGO, Margareth & VEIGA-NETO, Alfredo. *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- RODRIGUES, Andre. “Bandeiras negras contra camisas verdes: anarquismo e antifascismo nos jornais A Plebe e A Lanterna (1932-1935)”. *Revista Tempos Históricos* v. n.2 (2017). Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/17657>
- SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. Tradução de Lya Luft. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

edson passetti é professor livre docente na Faculdade de Ciências Sociais PUC-SP e coordenador do nu-sol (núcleo de sociabilidade libertária) www.nu-so.org
contato edson.passetti@uol.com.br

diego lucato é pesquisador no nu-sol.
contato lucatodiego@gmail.com